

O TEMPO DA INFÂNCIA ENTRE O BRINCAR E O CONTROLE: REGULAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO SUL DO PIAUÍ

*CHILDHOOD TIME BETWEEN PLAY AND CONTROL: REGULATIONS OF
EVERYDAY SCHOOL LIFE IN A MUNICIPAL EARLY CHILDHOOD EDUCATION
INSTITUTION IN SOUTHERN PIAUÍ*

Artigo recebido em: 9/1/2026

Artigo aceito em: 7/4/2026

Vanessa Oliveira Silva*

*Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4954712818848032>

vanna.oliveira21@gmail.com

Denise Hosana de Sousa Moreira**

**Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7414046843878756>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2100-273X>

vanna.oliveira21@gmail.com

Andréa Patrícia Lins Silva***

***Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3485040077835820>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6523-4751>

vanna.oliveira21@gmail.com

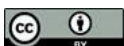
The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

O artigo analisa os mecanismos de controle do tempo da infância em uma escola municipal de Educação Infantil localizada no município de Uruçuí, sul do estado do Piauí, problematizando as tensões entre o direito à vivência da infância e a racionalização do cotidiano escolar. Fundamentado nos estudos da Sociologia da Infância e em abordagens críticas sobre tempo, disciplina e institucionalização da vida escolar, o estudo dialoga principalmente com Agamben, Elias, Foucault, Arroyo, Borba e Benjamin. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e configurada como estudo de caso, desenvolvida a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico, dos Planejamentos Semanais e dos sinais organizadores do espaço escolar. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que, embora os documentos institucionais reconheçam discursivamente a importância do brincar e das experiências infantis, a organização temporal da rotina escolar permanece estruturada por lógicas disciplinadoras e produtivistas que subordinam a infância ao ofício de aluno. Identificou-se a

Abstract

This article analyzes the mechanisms of control over childhood time in a municipal Early Childhood Education school located in the municipality of Uruçuí, in the southern region of the state of Piauí, Brazil, problematizing the tensions between the right to experience childhood and the rationalization of everyday school life. Grounded in the field of Sociology of Childhood and in critical approaches to time, discipline, and the institutionalization of school life, the study mainly engages with the works of Agamben, Elias, Foucault, Arroyo, Borba, and Benjamin. Methodologically, this is a qualitative documentary study configured as a case study, developed through the analysis of the Political-Pedagogical Project, Weekly Planning documents, and organizational signs present within the school environment. Data analysis was conducted using the content analysis technique. The findings reveal that, although institutional documents discursively acknowledge the importance of play and children's experiences, the temporal organization of the school routine remains structured by disciplinary and productivist logics that subordinate childhood to



predominância de práticas voltadas ao controle do corpo, da circulação e do tempo das crianças, mediante rotinas rigidamente organizadas, fragmentação das atividades e limitação dos espaços de autonomia infantil. O estudo demonstra que o tempo livre e o brincar aparecem institucionalmente condicionados à funcionalidade pedagógica, reduzindo a possibilidade de experiências espontâneas e de apropriação do tempo pelas próprias crianças. Conclui-se que a escolarização da infância, atravessada pelas racionalidades contemporâneas de produtividade e regulação, tende a converter o tempo infantil em tempo administrado, enfraquecendo experiências fundamentais à constituição cultural da infância. O artigo defende a necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas e das políticas curriculares da Educação Infantil, de modo a reconhecer a infância como experiência social, cultural e temporal legítima.

Palavras-chave: Infância. Tempo Escolar. Educação Infantil. Controle. Cotidiano Escolar.

the role of being a student. The predominance of practices aimed at controlling children's bodies, circulation, and time was identified through rigidly organized routines, fragmentation of activities, and limitations imposed on spaces of children's autonomy. The study demonstrates that free time and play are institutionally conditioned by pedagogical functionality, reducing the possibility of spontaneous experiences and children's appropriation of their own time. It is concluded that the schooling of childhood, permeated by contemporary rationalities of productivity and regulation, tends to transform children's time into administrated time, weakening experiences fundamental to the cultural constitution of childhood. The article argues for the need to reconfigure pedagogical practices and curricular policies in Early Childhood Education in order to recognize childhood as a legitimate social, cultural, and temporal experience.

Keywords: *Childhood. School Time. Early Childhood Education. Control. School Everyday Life.*

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização da infância constituiu uma das principais transformações sociais produzidas pela modernidade. Com a consolidação da escola como espaço privilegiado de formação social, o tempo das crianças passou a ser progressivamente organizado, racionalizado e submetido às exigências de disciplinamento características das sociedades contemporâneas. Nesse contexto, a infância deixa de ser compreendida apenas como condição biológica e passa a ocupar um lugar político, pedagógico e econômico associado à preparação para a vida produtiva.

A expansão das instituições escolares e o fortalecimento das políticas educacionais modernas contribuíram para a produção de uma temporalidade específica da infância, marcada pela organização minuciosa das rotinas, pela fragmentação das experiências e pela administração dos corpos infantis. Conforme problematiza Arroyo (2017), o tempo escolar converte-se em uma tecnologia de ordenamento da vida, produzindo ritmos, normas e expectativas que passam a regular a existência das crianças no interior da escola.

Na contemporaneidade, diferentes estudos da Sociologia da Infância têm questionado a naturalização desse modelo temporal, evidenciando que a infância possui formas próprias de experimentar o mundo, produzir cultura e atribuir sentido ao tempo. Nessa perspectiva, autores como Borba (2008), Nídio (2012) e Benjamin (2017) defendem a valorização do tempo livre, do brincar espontâneo e das experiências infantis não subordinadas exclusivamente à lógica do rendimento escolar.

Foi a partir dessa problemática que emergiu a presente pesquisa, desenvolvida em uma escola municipal de Educação Infantil localizada no município de Uruçuí, no sul do estado do Piauí. O estudo teve origem na observação do reduzido tempo destinado ao recreio e da forte organização temporal presente na rotina escolar, situação que provocou o seguinte questionamento: de que maneira o tempo da infância é concebido e operacionalizado na documentação escolar e nas práticas institucionais da Educação Infantil?

Com base nessa problemática e retomando os resultados da pesquisa desenvolvida por Silva e Santos (2021), este artigo tem como objetivo analisar como o controle do tempo da infância se manifesta na organização pedagógica e espacial de uma instituição municipal de Educação Infantil. Especificamente, buscou-se identificar referências ao tempo da infância nos documentos escolares; analisar a presença do brincar e do tempo livre nos planejamentos pedagógicos; e compreender de que maneira os elementos organizadores do espaço escolar atuam nos processos de regulação do cotidiano infantil.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, configurada como estudo de caso, fundamentada em pesquisa documental e análise de conteúdo. Foram analisados o Projeto Político-Pedagógico da escola, os Planejamentos Semanais elaborados pelas professoras e os dispositivos organizadores do cotidiano institucional, como relógios, sirenes e estruturas de higiene coletiva.

2 A PRODUÇÃO MODERNA DO TEMPO E A ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA

A modernidade instituiu uma nova forma de relação com o tempo. A expansão da industrialização e das racionalidades produtivistas promoveu a transformação do tempo em elemento central da organização social, econômica e institucional. Conforme analisa Agamben (2005), o tempo moderno deixa de ser vivido como experiência e passa a ser

concebido como sucessão linear, homogênea e mensurável, orientada pelas exigências do progresso e da produtividade. Nessa lógica, o tempo presente perde sua dimensão experiencial e passa a ser constantemente subordinado à preparação para o futuro, produzindo formas de vida organizadas pela aceleração, pela previsibilidade e pelo aproveitamento máximo das ações cotidianas.

A racionalização moderna do tempo não se restringe à organização econômica da sociedade, mas alcança também os modos de subjetivação e controle social. Elias (1998) compreende esse processo como parte da construção histórica dos mecanismos de autocontrole e disciplinamento social. Relógios, calendários e cronogramas não apenas medem o tempo, mas organizam socialmente os comportamentos humanos, regulando ritmos de vida, padrões de conduta e expectativas coletivas. A internalização da temporalidade cronológica produz sujeitos adaptados às exigências da vida moderna, favorecendo a naturalização de formas institucionais de controle e administração do cotidiano.

Na infância, os efeitos desse processo assumem contornos particulares. Segundo Borba (2008), as crianças vivenciam formas próprias de relação com o tempo, vinculadas à imaginação, à repetição, à experimentação e à construção de culturas infantis. O tempo da infância não se organiza prioritariamente pela lógica da produtividade, mas pela intensidade da experiência, pela exploração do cotidiano e pela liberdade de criação simbólica. Entretanto, a institucionalização crescente da infância faz com que essas temporalidades sejam progressivamente subordinadas aos ritmos escolares e às expectativas adultas de desempenho e desenvolvimento.

Nídio (2012) destaca que a modernidade intensificou a captura do tempo infantil ao submeter as crianças a rotinas rigidamente organizadas desde os primeiros anos de vida. A infância passa a ser concebida como etapa preparatória para o futuro, o que favorece a antecipação de aprendizagens, o controle das experiências e a ocupação crescente do cotidiano infantil por atividades institucionalizadas. Nesse contexto, o tempo livre tende a ser reduzido ou desvalorizado, enquanto experiências espontâneas da infância passam a ser frequentemente consideradas improdutivas diante das exigências contemporâneas de rendimento e preparação escolar.

A escola contemporânea opera, assim, como dispositivo disciplinador. Conforme Foucault (1991), os mecanismos de vigilância, distribuição dos corpos e controle dos tempos constituem estratégias fundamentais das instituições modernas. O cotidiano

escolar organiza minuciosamente os deslocamentos, os horários, os gestos e as experiências infantis, produzindo formas específicas de administração da infância. A disciplina escolar não atua apenas sobre os corpos das crianças, mas também sobre suas formas de perceber o tempo, relacionar-se com o espaço e organizar suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, o brincar tende a ser subordinado às finalidades pedagógicas da instituição. Benjamin (1987) problematiza essa captura ao defender que a brincadeira constitui experiência singular da infância, relacionada à imaginação, à repetição e à produção cultural das crianças. Para o autor, a brincadeira não pode ser reduzida à funcionalidade educativa, pois sua potência reside justamente na possibilidade de experimentação livre e recriação simbólica do mundo. Quando o brincar é transformado exclusivamente em recurso metodológico, enfraquece-se sua dimensão criativa, experiencial e cultural.

As contribuições de Arroyo (2017) permitem compreender que o tempo escolar constitui uma construção histórica atravessada por disputas políticas, culturais e pedagógicas. O tempo da escola não é neutro, mas expressão de racionalidades que definem quais práticas, ritmos e experiências devem ocupar centralidade no processo educativo. A fragmentação das atividades, a organização rígida das rotinas e a valorização do rendimento pedagógico produzem formas específicas de escolarização da infância, nas quais a experiência infantil tende a ser subordinada às exigências institucionais de controle e produtividade.

Essa perspectiva aproxima-se das análises de Ferrarini, Queiroz e Salgado (2016), ao problematizarem a infância contemporânea como temporalidade submetida à lógica do progresso e da racionalidade cronológica. Segundo as autoras, a infância passa a ser atravessada por expectativas contínuas de desempenho e antecipação de aprendizagens, favorecendo a transformação da experiência infantil em tempo administrado. A valorização predominante do tempo produtivo reduz os espaços destinados ao ócio, à imaginação, à repetição espontânea das brincadeiras e à apropriação livre do cotidiano pelas crianças.

O artigo de Pereira *et al.* (2025) analisou a organização do tempo e das rotinas na Educação Infantil. Apesar da intenção de adequar as práticas às necessidades das crianças, os resultados evidenciam uma negociação limitada entre os agentes educativos, o que restringe a participação infantil e a flexibilidade das rotinas. Os autores concluem que a

gestão do tempo requer maior intencionalidade pedagógica e uma participação mais efetiva das crianças, de modo a reduzir assimetrias na organização do cotidiano escolar.

A racionalidade escolar moderna produz, portanto, uma tensão permanente entre o tempo da infância e o tempo institucional. Enquanto a infância demanda experimentação, lentidão, repetição, curiosidade e apropriação livre das experiências cotidianas, a escola tende a impor ritmos fragmentados, previsíveis e produtivistas. A institucionalização crescente da infância transforma o tempo escolar em mecanismo de administração das experiências infantis, favorecendo a internalização precoce de padrões de controle, desempenho e adaptação às temporalidades aceleradas da sociedade contemporânea.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental e empírica, e desenvolve-se na perspectiva de um estudo de caso, realizado em uma escola municipal de Educação Infantil localizada no município de Uruçuí, no sul do estado do Piauí, Brasil, entre os anos de 2019 e 2022.

A opção pela abordagem qualitativa fundamentou-se na necessidade de compreender os sentidos produzidos institucionalmente acerca da infância e das formas de organização temporal presentes no cotidiano escolar, considerando os documentos pedagógicos não apenas como registros administrativos, mas como dispositivos produtores de racionalidades educativas e concepções de infância.

Este artigo apresenta um recorte de uma investigação de maior abrangência. O estudo concentrou-se na análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição, dos Planejamentos Semanais elaborados pelas docentes e das evidências presentes no espaço escolar relacionados à organização temporal das atividades, como relógios, sirenes, organização dos deslocamentos e delimitação dos tempos de recreio e higienização.

A escolha do estudo de caso permitiu examinar de maneira aprofundada a materialização concreta das temporalidades escolares em um contexto específico, possibilitando relacionar discursos pedagógicos, organização institucional e práticas cotidianas de regulação da infância.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, compreendendo os documentos escolares como expressões das concepções institucionais de infância, aprendizagem e organização pedagógica.

A análise documental contemplou tanto os conteúdos explícitos presentes nos planejamentos quanto os silenciamentos e ausências relacionados ao brincar livre, ao tempo espontâneo e às experiências não direcionadas das crianças, buscando identificar recorrências discursivas associadas ao controle do cotidiano escolar.

O tratamento analítico dos dados foi realizado mediante análise de conteúdo.

Foram construídas categorias analíticas relacionadas ao controle temporal, à fragmentação das atividades, à funcionalização pedagógica do brincar e à administração institucional dos corpos infantis. Essas categorias permitiram identificar como as temporalidades escolares operam como mecanismos de disciplinamento e racionalização da infância no interior da Educação Infantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos escolares revelou uma tensão estrutural entre o reconhecimento discursivo da infância presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a materialização concreta das práticas pedagógicas organizadas nos Planejamentos Semanais e na rotina institucional da escola investigada.

Embora o documento institucional apresentasse referências à valorização das experiências infantis, da ludicidade e das interações, a dinâmica cotidiana da escola permanecia centrada no controle temporal e nas atividades dirigidas. A análise da distribuição do tempo escolar evidenciou uma organização fortemente orientada pela centralidade das atividades letivas, revelando significativa assimetria entre os períodos destinados ao ensino formal e aqueles voltados às experiências livres das crianças. Os dados mostraram que apenas 8,28% do tempo de permanência infantil encontrava-se reservado a momentos externos às atividades letivas, enquanto 91,7% da rotina era ocupada por aulas e atividades pedagogicamente estruturadas. Essa configuração evidencia uma organização escolar orientada pela intensificação do tempo produtivo e pela valorização das atividades curriculares formais, restringindo espaços destinados ao brincar livre e ao atendimento, em ritmo próprio, de necessidades cotidianas da infância, como alimentação, deslocamentos e uso do banheiro.

Essa contradição revela que o reconhecimento discursivo da infância não se traduzia, necessariamente, em práticas pedagógicas comprometidas com a autonomia das crianças. Ao contrário, a predominância de uma racionalidade organizacional centrada na gestão do tempo e no cumprimento de objetivos escolares sugere processos de escolarização da experiência infantil. Conforme argumenta Rocha (2024), o tempo livre destinado ao brincar constitui não apenas um direito essencial da criança e elemento relacionado ao bem-estar, mas também uma dimensão fundamental para o desenvolvimento social, afetivo e motor, além de favorecer aprendizagens, imaginação e estratégias de enfrentamento das experiências cotidianas.

O Projeto Político-Pedagógico vigente no período da pesquisa (2016–2018) apresenta uma concepção de infância associada à ludicidade, às interações sociais e ao desenvolvimento integral, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e valorizando as experiências infantis nos planos cognitivo, social e afetivo. Este enquadramento evidencia uma aproximação discursiva às orientações contemporâneas da Educação Infantil. Contudo, a análise dos Planeamentos Semanais revela uma dissonância em relação a esses princípios, marcada pela centralidade de atividades dirigidas, pela rigidez da organização temporal e pela funcionalização pedagógica do brincar.

Nestes documentos, as atividades lúdicas surgem predominantemente subordinadas a objetivos específicos de alfabetização inicial, coordenação motora, socialização orientada e desenvolvimento de competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Não se identificam referências consistentes ao tempo livre não mediado ou ao brincar espontâneo como dimensão autônoma da experiência infantil.

A análise quantitativa dos 24 Planeamentos Semanais demonstrou, inclusive, a baixa incidência de termos relacionados ao brincar livre e à ludicidade. Conforme apresentado nos quadros e tabelas do estudo original, palavras como “brincar”, “brinquedos”, “jogos” e “ludicidade” apareciam de forma reduzida e, quando presentes, encontravam-se vinculadas a finalidades pedagógicas previamente delimitadas. Os registros quantitativos evidenciaram predominância do termo “brincar”, com 16 ocorrências, seguido de “brinquedos”, com 12, “jogos”, com 9, e “ludicidade”, com apenas 3 registros. A distribuição observada sugere não apenas a baixa frequência de referências às dimensões lúdicas no planejamento pedagógico, mas também a posição secundária atribuída às experiências relacionadas ao brincar enquanto prática autônoma

da infância, reforçando a centralidade de uma organização pedagógica orientada por objetivos previamente estabelecidos.

Os dados mostram que a linguagem pedagógica institucional privilegia conteúdos, habilidades e competências curriculares, relegando as experiências espontâneas da infância e o tempo livre para uma posição marginal nos planejamentos.

Embora reconhecido discursivamente, o brincar surge subordinado à lógica de rendimento e produtividade pedagógica, sendo frequentemente convertido em estratégia metodológica. Este movimento aproxima-se das críticas de Benjamin (1987), que identifica a captura da experiência infantil pelas racionalidades adultas de utilidade e finalidade.

A rotina escolar revela uma lógica disciplinadora baseada na segmentação rigorosa do tempo em momentos sucessivos de acolhimento, atividades dirigidas, alimentação, higienização, recreio e encerramento. Esta estrutura reduz a margem de autonomia das crianças sobre a gestão do seu próprio tempo.

O recreio, com duração inferior às atividades formais, confirma a posição secundária do tempo livre. O brincar livre aparece como intervalo funcional entre tarefas pedagógicas, e não como dimensão estruturante da experiência infantil.

Segundo Arroyo (2017), esta organização expressa a racionalidade moderna de administração da vida, na qual o tempo escolar funciona como tecnologia de ordenamento cotidiano e de produção de comportamentos ajustados desde a infância.

Tal racionalidade é visível nos Planejamentos Semanais, que impõem sequências cronológicas rígidas e definem tempos específicos para ações como brincar, alimentar-se, deslocar-se e higienizar-se. A temporalidade institucional sobrepõe-se, assim, aos ritmos infantis.

Os dispositivos de organização espacial reforçam este processo, evidenciando mecanismos contínuos de controle e disciplinamento. A disposição dos espaços, os deslocamentos coletivos e a estrutura das rotinas demonstram uma organização orientada para previsibilidade, monitorização e sincronização das ações infantis ao longo do dia.

A presença de relógios, sirenes, filas organizadas para deslocamentos coletivos, controle simultâneo da higienização e delimitação rigorosa dos espaços de circulação revelava um cotidiano fortemente regulado por sinais externos de organização temporal. Entre os registros observados no espaço escolar, identificou-se a utilização de um quadro visual de rotina composto por sequências previamente estabelecidas de atividades e

representações imagéticas organizadas em ordem temporal, acompanhado por um marcador indicativo do momento a ser executado. Esse recurso evidenciava a estruturação antecipada do cotidiano infantil e a condução das experiências escolares por uma lógica sequencial previamente definida, reforçando mecanismos institucionais de organização, previsibilidade e controle do tempo escolar.

Além das evidências que representam o controle do tempo das atividades, a análise das estruturas físicas dos banheiros, por exemplo, permitiu identificar incompatibilidades entre o número de crianças e a quantidade de pias disponíveis para higienização simultânea, indicando que o tempo destinado às práticas de cuidado corporal era condicionado pela necessidade institucional de cumprimento rápido da rotina escolar.

A materialidade empírica observada aproxima-se diretamente das formulações foucaultianas acerca das tecnologias disciplinares presentes nas instituições modernas. Os dados permitiram identificar a presença de mecanismos sutis de vigilância e normalização que atuavam continuamente sobre os corpos infantis, mesmo em atividades consideradas recreativas. O controle do tempo aparecia incorporado às práticas cotidianas de maneira naturalizada, reforçando a internalização precoce das normas escolares pelas crianças.

Em Foucault (1991), a disciplina opera pela distribuição dos corpos no espaço, pela organização minuciosa dos tempos e pela vigilância contínua das condutas. Na escola analisada, o controle temporal não aparecia apenas como organização administrativa, mas como mecanismo de produção de subjetividades adaptadas à previsibilidade, à obediência e à racionalidade produtivista. O relógio, a sirene, os deslocamentos coletivos e a fragmentação das atividades funcionavam como dispositivos de normalização da infância.

Entretanto, a análise dos dados permite avançar para além das contribuições foucaultianas clássicas. Embora Foucault contribua para compreender os mecanismos de disciplina e vigilância presentes na instituição escolar, os dados também evidenciam dimensões relacionadas à captura subjetiva da experiência infantil e à racionalização contemporânea do cotidiano. Nesse aspecto, a articulação com autores como Agamben, Elias e Benjamin amplia a compreensão da temporalidade escolar para além do controle físico dos corpos.

As reflexões de Agamben (2005) permitem compreender que a captura institucional do tempo infantil implica a sua transformação em tempo administrado,

organizado por uma lógica homogênea, linear e funcional, orientada para o aproveitamento máximo do tempo e para racionalidades produtivistas.

De forma complementar, Elias (1998) evidencia que dispositivos como relógios, cronogramas e rotinas escolares não são neutros, funcionando como mecanismos históricos de internalização do autocontrole e da disciplina. No contexto analisado, a organização dos tempos e deslocamentos revela a produção de hábitos corporais e comportamentais ajustados às exigências da racionalidade escolar moderna.

Neste quadro, o controle temporal opera como tecnologia de formação de sujeitos, regulando corpos, emoções e ritmos segundo parâmetros institucionais externos, contribuindo para disposições orientadas para produtividade, desempenho e adaptação.

A triangulação com Borba (2008) e Nídio (2012) evidencia a existência de temporalidades próprias das crianças, associadas ao brincar, à imaginação e às culturas infantis. Contudo, os dados mostram que essas temporalidades são subordinadas aos ritmos institucionais, limitando a apropriação autônoma do cotidiano escolar. As crianças surgem, assim, sobretudo como destinatárias da ação pedagógica adulta, e não como produtoras de temporalidades próprias.

Embora os documentos reconheçam o brincar como dimensão relevante do desenvolvimento, a rotina analisada indica a predominância de uma concepção da infância como etapa preparatória para a escolarização futura. O tempo infantil é assim reconfigurado como investimento pedagógico orientado para o desempenho.

Esta perspectiva aproxima-se das críticas de Ferrarini, Queiroz e Salgado (2016), que problematizam a infância como temporalidade submetida à lógica cronológica do progresso. Na escola estudada, tal orientação manifesta-se na centralidade das atividades dirigidas e na redução das experiências espontâneas.

Os resultados indicam ainda uma concepção linear de desenvolvimento, centrada na maximização de aprendizagens funcionais, com consequente redução do brincar livre, do ócio criativo e da exploração autônoma do tempo.

A análise documental revela também ausências relevantes, nomeadamente a escassa referência ao direito ao tempo livre, à autonomia temporal e ao ócio. Apesar da valorização discursiva da ludicidade, não se identificam referências consistentes à participação infantil na organização da rotina.

Neste contexto, evidencia-se uma contradição central da Educação Infantil contemporânea: o reconhecimento da criança como sujeito de direitos coexiste com

práticas institucionais organizadas por lógicas de controle, produtividade e antecipação curricular. A infância é legitimada discursivamente, mas regulada institucionalmente.

A intensificação das exigências curriculares e da cultura do desempenho aprofunda a subordinação do brincar e do tempo livre às exigências de rendimento e preparação escolar.

Em termos gerais, a análise demonstra que a problemática do tempo infantil não se reduz à introdução de atividades lúdicas, mas remete para as racionalidades que estruturam a Educação Infantil contemporânea. A escola funciona, neste sentido, como dispositivo de regulação dos corpos, dos ritmos e das experiências infantis, contribuindo para a interiorização precoce de padrões de controle e produtividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que o controle do tempo da infância constitui elemento estruturante da organização contemporânea da Educação Infantil. Embora os documentos escolares reconheçam a importância do brincar, das interações e das experiências infantis, as práticas institucionais analisadas permanecem fortemente atravessadas por racionalidades disciplinadoras e produtivistas. A análise documental evidenciou significativa tensão entre o reconhecimento discursivo da infância presente no Projeto Político-Pedagógico e a materialização concreta das práticas pedagógicas observadas nos Planejamentos Semanais e na rotina institucional da escola investigada. O discurso pedagógico institucional afirmava a valorização da infância, mas a dinâmica cotidiana permanecia organizada a partir de lógicas de controle temporal, fragmentação das atividades e centralidade das ações dirigidas.

A pesquisa demonstrou que o tempo escolar é organizado prioritariamente em função das exigências de ordenamento pedagógico, do cumprimento curricular e da administração institucional da rotina, reduzindo os espaços de autonomia das crianças e limitando experiências fundamentais à vivência da infância. Os resultados evidenciaram que o brincar aparecia predominantemente subordinado às finalidades pedagógicas e aos objetivos curriculares previamente definidos, reduzindo as possibilidades de experiências espontâneas e de apropriação livre do cotidiano pelas próprias crianças. O tempo livre ocupava posição secundária na organização escolar, sendo frequentemente compreendido como intervalo entre atividades consideradas produtivas.

Ao evidenciar as tensões entre infância e escolarização, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões acerca das temporalidades infantis na contemporaneidade. Defende-se a necessidade de construção de práticas pedagógicas capazes de reconhecer as crianças como sujeitos sociais produtores de cultura, experiências e sentidos próprios sobre o tempo. A triangulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos utilizados permitiu compreender que a racionalização do tempo infantil não constitui apenas estratégia administrativa da escola, mas expressão de racionalidades contemporâneas associadas ao desempenho, à produtividade e à antecipação das aprendizagens desde os primeiros anos da vida escolar.

Mais do que reorganizar horários ou ampliar momentos recreativos, trata-se de repensar as racionalidades que estruturam a Educação Infantil e sustentam formas naturalizadas de controle da infância. Valorizar o tempo infantil implica reconhecer o brincar, a imaginação, a experimentação e a liberdade como dimensões legítimas da formação humana. A análise revelou, ainda, importantes ausências documentais relacionadas ao direito ao tempo livre, à autonomia infantil e à participação das crianças na organização da rotina escolar. Nesse sentido, problematizar o tempo da infância implica questionar modelos pedagógicos que subordinam as experiências infantis às exigências institucionais de produtividade e desempenho.

Por fim, o estudo aponta para a necessidade de novas pesquisas que incluam a escuta das crianças e dos professores da Educação Infantil acerca dos impactos da racionalização escolar na experiência cotidiana da infância. Mais do que compreender o tempo escolar como recurso organizacional, torna-se necessário problematizar seus efeitos na produção das formas contemporâneas de viver, controlar e institucionalizar a infância.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARROYO, Miguel González. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Summus, 1987.

BORBA, Angela Meyer. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4 a 6 anos. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 31, 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERRARINI, Tamiris Gomes; QUEIROZ, Débora Cristina de; SALGADO, Raquel Gonçalves. Infância, tempo e escola: experiências contemporâneas de aceleração e controle. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 132-148, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1991.

NÍDIO, Rita. A infância e o tempo: entre o mundo vivido e o mundo administrado. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 199-214.

PEREIRA, Mónica; SANTOS, Natalie Nóbrega; BRITO, Ana Teresa; MATA, Lourdes. Time and routines organization in early childhood education and care – participation, opportunities, and constraints. **Journal of Research in Childhood Education**, v. 40, n. 2, p. 391-410, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02568543.2025.2461545>. Acesso em: 13 maio 2026.

ROCHA, Carla Bebiana de Azevedo. **A importância do tempo livre para o bem-estar subjetivo das crianças**. 2024. Dissertação (Mestrado) — Instituto Politécnico do Porto. Disponível em: **Repositório Científico do IPP**. Acesso em: 14 maio 2026.

SILVA, Vanessa Oliveira; SANTOS, Renata Gomes dos. **O controle do tempo da infância em uma escola municipal de educação infantil em Uruçuí**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Estadual do Piauí, Campus de Uruçuí, Uruçuí, 2021.